

RESOLUÇÃO

CONTRA O BLOQUEIO E O DESCARTE – PELA HOMOLOGAÇÃO IMEDIATA E INTEGRAÇÃO NOS MAPAS DE PESSOAL

Ao Programa de Regularização de Vínculos Precários na Administração Pública (PREVPAP), foram submetidos milhares de requerimentos de trabalhadores do ensino superior e laboratórios estado que exercem funções de docência, de investigação, funções técnicas e administrativas, quer das universidades, quer da FCT, quer do Estado entre os quais o LNEC e demais laboratórios do Estado, quer ainda das IPSFL (instituições privadas) - autênticos *offshores* criados pelas universidades para fugirem às regras da contabilidade e contratação públicas embora financiados, em larga medida, pelo Estado e fundos comunitários -, que têm vindo a ser analisados em reuniões da Comissão de Avaliação Bipartida (CAB). Os resultados deste trabalho, iniciado em maio de 2017 e já com 150 reuniões, são inequivocamente insuficientes por força da postura do governo e das instituições de total bloqueio na aprovação dos mesmos, assim como pela ação do Coordenador das CAB que tem vindo a demonstrar um sentimento profundamente antissindical.

No universo total das Instituições de Ensino Superior (IES), até 22 de abril, só foram aprovados para regularização do vínculo apenas cerca de 7% dos 1509 requerimentos de docentes e 17% dos 1668 requerimentos de investigadores analisados o que significa uma taxa global de cerca de 12% e mesmo no caso dos trabalhadores técnicos e administrativos a percentagem de requerimentos aprovados não chega aos 50%.

O baixo número de regularizações de situações de trabalho claramente precário resulta diretamente de uma opção das instituições públicas e do governo, que escolhem não reconhecer o valor e a importância dos seus recursos humanos, alguns deles com ligação às instituições há largos anos. Esta situação tem repercussões preocupantes das instituições em darem a resposta adequada aquilo que é a sua missão de ensino, investigação e desenvolvimento tecnológico, e no âmbito das suas atribuições executarem políticas públicas na sua área de intervenção, contribuindo para desenvolvimento e para a soberania do país. Mais ainda, tem implicações gravíssimas nas vidas e nas famílias destes trabalhadores com vínculos precários, designadamente nas suas perspetivas de futuro e na sua proteção social.

Falamos de situações como:

- Docentes de carreira e docentes convidados com cargas letivas semelhantes, em que uns têm salário integral, com regime de dedicação exclusiva, e outros um contrato precário a 50%, sem acesso a esse estatuto, auferindo um terço do salário dos primeiros;

- Investigadores e bolseiros que desempenham tarefas que constituem necessidades permanentes no desenvolvimento de alguns dos mais inovadores projetos de investigação desenvolvidos em Portugal em praticamente todas as grandes áreas do conhecimento”, com vínculos claramente inadequados;
- Docentes, investigadores e bolseiros a quem, enquanto precários, é reconhecida excelência no desempenho das suas funções e imprescindíveis para a instituição alcançar os objetivos científicos, pedagógicos e financeiros e logo que se aborda a regularização dos seus vínculos passam a de imediato a dispensáveis; -
- Bolseiros do LNEC, do IPMA, do INIAV que, apesar de terem o seu requerimento aprovado, seja pelo atraso na homologação, seja com a justificação de falta de verba da instituição, encontram-se num impasse, em alguns casos sem renovação de bolsa e perda de salário, violando os seus direitos mais básicos;
- Bolseiros com tarefas técnicas e administrativas que asseguram o funcionamento dos mais variados serviços que vão desde a informática aos recursos Humanos e que inexplicavelmente não obtiveram parecer positivo.
- Bolseiros afetos a instituições privadas sem fins lucrativos (como o IST-ID), que viram bloqueada a possibilidade de candidatura ao PREVPAP.

O PREVPAP é um programa cujo objetivo anunciado é o combate à precariedade, também no Ensino Superior e na Ciência. Assim, o governo não pode faltar ao compromisso publicamente assumido, e as instituições não se podem escudar no argumento de que as verbas para a contratação não estão garantidas.

Os trabalhadores com vínculos precários do Ensino Superior e Laboratórios Estado, concentrados em Lisboa, a 30 de abril de 2019, em frente ao MTSSS onde decorre a reunião da Comissão Coordenadora das Comissões de Avaliação Bipartida exigem:

- **O reconhecimento urgente do seu estatuto de trabalhadores que desempenham necessidades permanentes sem vínculo adequado;**
- **A consequente homologação urgente dos pareceres das CAB;**
- **O ingresso na Administração Pública, nas suas carreiras, com a abertura urgente de concursos públicos;**
- **O reforço das verbas orçamentais para as instituições de ensino superior e investigação para permitir a abertura de vagas e concursos para todos para todos aqueles que há anos desempenham funções permanentes nestas instituições sejam elas de docência, de investigação, técnicas e administrativas.**

O tempo é agora!

Lisboa, 30 de abril de 2019

www.frentecomum.com